

Demonstrações Contábeis

30 jun 2023



Will Financeira S.A.
Crédito, Financiamento
e Investimento

will 
BANK

Diretoria

- ↳ **Diretor Geral**
Felipe Felix Soares de Sousa
- ↳ **Diretor Corporativo**
Ricardo Saad Neto

Contadora

- ↳ **Liliane Vicente Bifano**
CRC 1SP-326110/O-9



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, excetos pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião com ressalva

Valor recuperável de ativos mantidos junto a ex-controladores

Em 30 de junho de 2023, conforme descrito em nota explicativa nº 20(a) às demonstrações contábeis, a Instituição mantinha valores a receber junto a ex-controladores no montante de R\$ 104.213 mil, sendo que como forma de quitação dos valores pendentes de pagamento ao grupo Will, foi assinado Termo de Fechamento em 31 de julho de 2023, para transferência da titularidade das cotas do AZO Fundo de Investimento em Direito Creditórios Não Padronizado (“FIDC AZO”) a título de dação em pagamento. A carteira do FIDC Azo é essencialmente composta por direitos creditórios oriundos de pré-precatórios federais, os quais foram precificados pela Administração com base em premissas diversas, tais como a estimativa de valores incontroversos e projeções de cenários e probabilidades de êxito nos desdobramentos nas discussões acessórias do atual processo de execução judicial e liquidação da sentença, além dos fluxos de caixa futuros projetados, estimativas e premissas mercadológicas e operacionais. Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação a mensuração do valor recuperável dos saldos a receber junto a ex-controladores em 30 de junho de 2023. Conseqüentemente, não foi possível determinar a necessidade de eventuais ajustes no saldo desses ativos em 30 de junho de 2023 e o correspondente impacto no resultado do semestre findo nessa data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

© 2024. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Ênfases

Reestruturação societária das empresas do Conglomerado para continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Instituição é parte integrante do Conglomerado Will Bank (“Conglomerado”), atuando em conjunto com as demais instituições do Grupo de forma integrada no mercado financeiro, tem como controladora final a Will S.A. Instituição de Pagamento, empresa líder do Conglomerado, a qual gerou fluxo de caixa operacional negativo de R\$24,9 milhões (caixa aplicado nas atividades operacionais) e com prejuízo de R\$255,4 milhões no primeiro semestre de 2023, resultando em um passivo a descoberto de R\$99,1 milhões, bem como apresentou capital circulante negativo de aproximadamente R\$1.260 milhões em 30 de junho de 2023, além de outras situações descritas na nota explicativa nº 1. Adicionalmente, conforme descrito em notas explicativas nº 1 e nº 20(b), em 02 de fevereiro de 2024 foram assinados contratos de compra e venda de ações, objetivando a reestruturação societária das empresas do Conglomerado mediante a transferência do controle acionário da Instituição e demais entidades do Conglomerado. A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 18 e 21 de março de 2024, e está sujeita à aprovação do BACEN, a qual encontra-se pendente na presente data. A continuidade operacional da Instituição baseia-se principalmente no pressuposto de que a reestruturação societária e transferência de controle será implementada com êxito. No entanto, a efetivação da operação depende de aprovação regulatória do BACEN. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.

Desenquadramento aos requerimentos mínimos de capital regulatório

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 19 (e) às demonstrações contábeis, que descreve sobre o desenquadramento da Instituição em 30 de junho de 2023 quanto aos limites mínimos de capital regulatório determinados pelo BACEN. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, concluímos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Deloitte.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Deloitte.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8


Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Relatório da Administração 2023

A Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento desempenha um papel crucial dentro do conglomerado financeiro Will Bank, pois é através dela que captamos recursos junto aos nossos clientes e demais investidores para financiar as operações de crédito. À medida que o Will Bank expande sua estratégia multi-produtos de crédito, a Will Financeira S.A. ganha ainda mais importância.

O Will Bank tem investido no desenvolvimento de seus produtos para atender às demandas dos clientes. Além dos já conhecidos cartões de crédito e do uso do limite para operações como transferências, pagamentos de boletos e saques, a empresa lançou em 2022 a Antecipação do Saque-Aniversário do FGTS em seu aplicativo e agora no início de 2023 o Emprestaí, nosso empréstimo pessoal.

Temos o compromisso de tornar o crédito um direito humano e a Will Financeira S.A. tem um papel fundamental nesse objetivo. A Companhia está motivada e confiante em sua capacidade de desenvolver soluções financeiras acessíveis e inovadoras para os nossos clientes.

Receitas de Intermediação Financeira

As receitas de intermediação financeira são geradas principalmente por juros cobrados dos atrasos nos pagamentos das faturas de cartão de crédito de clientes, juros de parcelamentos de faturas vincendas, uso de limite do cartão de crédito para pagamento de boletos, transferências e/ou realização de saques, além de floating. Em termos comparáveis, nossa receita de intermediação financeira cresceu 74%, saindo de R\$554 milhões no primeiro semestre de 2022 para R\$964 milhões no mesmo período de 2023. Esse crescimento esteve diretamente relacionado ao aumento da nossa base de clientes e do aumento da carteira de crédito, assim como da disponibilidade de novos produtos que potencializaram o valor transacionado em nossos cartões e, conseqüentemente, a receita por cliente.

Despesas com Captação

Os custos de captação se referem às despesas com juros e englobam todos os custos relacionados ao financiamento da nossa operação, principalmente despesas de atualização monetária dos CDBs e LCs pré e pós-fixados emitidos e distribuídos por corretoras parceiras. No primeiro semestre de 2023, esse custo cresceu 96% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, principalmente por conta do aumento do volume captado dado o crescimento das operações, assim como o aumento da taxa básica de juros entre os períodos.

Provisões e perdas associadas ao risco de crédito

O primeiro semestre de 2023 seguiu a tendência de 2022 e se manteve como um período desafiador para o mercado de crédito, com a inadimplência superando os patamares pré-pandêmicos e se aproximando das máximas históricas. Apesar desse contexto, desenvolvemos nossa estra-

Relatório da Administração 2023

tégia de concessão de crédito e conseguimos entregar uma performance superior à média do mercado, mesmo com níveis de aprovação de novos clientes recorde.

As despesas com provisões associadas ao risco de crédito alcançaram R\$226 milhões no primeiro semestre de 2023, ante R\$67 milhões no mesmo período de 2022, uma variação de 237%, ocasionada por conta de um ajuste complementar no saldo de provisões associadas ao risco de crédito. Dado o crescimento das operações de crédito e os níveis ainda elevados de inadimplência no mercado, as despesas com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros cresceram 82%, partindo de R\$340 milhões no primeiro semestre de 2022 para R\$620 milhões no mesmo período de 2023.

Resultado de Intermediação Financeira

Por conta das variações acima expostas e dado o impacto no ajuste do saldo de PCLD, o resultado de intermediação financeira passou de um valor positivo de R\$17 milhões nos primeiros seis meses de 2022, para um valor negativo de R\$135 milhões em 2023.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

O resultado de outras receitas/despesas operacionais, saiu de R\$8 milhões negativos no primeiro semestre de 2022 para R\$26 milhões negativos no mesmo período de 2023. Essa variação negativa se dá por conta, principalmente, do aumento das despesas de pessoal e administrativas, por conta do reforço da estrutura administrativa da Companhia e da mudança de alocação desses custos entre as empresas do grupo.

Resultado Líquido

Em linha com a atual estratégia de crescimento da Companhia, o resultado da operação, após tributos e participações, resultou em um prejuízo líquido de R\$97 milhões no primeiro semestre de 2023, ante o lucro de R\$ 7 milhões do mesmo período do ano anterior.

Adicionalmente, a Administração declara, conforme requerido pela Circular BACEN 3068, sua intenção e capacidade financeira para manutenção dos títulos e valores mobiliários destacados em nota até os seus vencimentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

São Paulo, 22 de abril de 2024.

Balanços Patrimoniais

EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em Milhares de Reais - R\$)

| Ativo | Nota | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|---|-------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | | 1.435 | 171.513 |
| Disponibilidades | 5a | 1 | 1 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 5a | 1.434 | 171.512 |
| Instrumentos Financeiros | | 1.913.469 | 1.494.569 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 6a | 482.798 | 386.819 |
| Operações de Crédito | 7a | 1.928.694 | 1.379.565 |
| Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito | 7d | (498.023) | (271.814) |
| Relações Interfinanceiras | | 53.669 | 45.534 |
| Outros créditos | 8 | 2.446.711 | 1.922.239 |
| Ativos Fiscais Diferidos | 14c | 208.158 | 115.505 |
| Imobilizado de Uso | 9 | 13 | 13 |
| Intangível | 10 | 2.410 | 2.410 |
| Depreciações e Amortizações | 9/10 | (2.416) | (2.365) |
| Total de Ativo | | 4.623.449 | 3.749.420 |
| Passivo | Nota | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
| Depósitos e Instrumentos Financeiros | | 4.134.891 | 3.279.622 |
| Depósitos | 11a | 3.460.925 | 2.538.139 |
| Recursos de Aceites e Emissões de Títulos | 11b | 673.966 | 741.483 |
| Obrigações por Operações Compromissadas | | 59.668 | 18.267 |
| Outras Obrigações | 12 | 93.344 | 90.251 |
| Instrumento de Dívida Elegível a Capital | 13 | 17.564 | 16.440 |
| Total do Passivo | | 4.305.467 | 3.404.580 |
| Patrimônio Líquido | | | |
| Capital Social | 15 | 300.000 | 300.000 |
| Aumento de Capital | 15 | 70.000 | – |
| Reservas de Lucros | 15 | 44.840 | 44.840 |
| Prejuízos Acumulados | | (96.858) | – |
| Total do Patrimônio Líquido | | 317.982 | 344.840 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 4.623.449 | 3.749.420 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 DE 2022

(Em Milhares de Reais - R\$, exceto o número de ações e (prejuízo) por ação)

| | | 2023 | 2022 |
|--|------|------------------|------------------|
| | Nota | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Receitas de Intermediação Financeira | | 964.069 | 554.001 |
| Receitas de Operações de Crédito | 7c | 931.165 | 527.087 |
| Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 5b | 13.463 | 10.611 |
| Resultado de Títulos e valores mobiliários | 6c | 19.441 | 16.303 |
| Despesas de Intermediação Financeira | | (872.713) | (469.940) |
| Despesa de juros | 11c | (252.583) | (129.005) |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros | 17 | (620.130) | (340.935) |
| Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito | | (226.210) | (67.061) |
| Despesas com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 7e | (226.210) | (67.061) |
| Resultado de Intermediação Financeira | | (134.854) | 17.000 |
| Outras Receitas/Despesas Operacionais | | (25.640) | (8.171) |
| Receita de prestação de serviço | 16a | 103.682 | 72.868 |
| Despesa de pessoal | 16b | (32.518) | (8.358) |
| Outras Despesas administrativas | 16c | (75.170) | (47.815) |
| Despesas tributárias | 14b | (8.859) | (7.205) |
| Depreciação e Amortização | | (51) | (302) |
| Outras receitas e despesas operacionais | 16d | (12.724) | (17.359) |
| Resultado antes de tributos e participações | | (160.494) | 8.829 |
| Tributos e participações | | 63.636 | (1.813) |
| IRPJ e CSLL correntes | 14a | (28.952) | (28.510) |
| IRPJ e CSLL diferidos | 14a | 92.609 | 26.725 |
| Participações Estatutárias no Lucro | | (21) | (28) |
| Lucro Líquido/(Prejuízo) do semestre | | (96.858) | 7.016 |
| Número de Ações | | 300.000.000 | 300.000.000 |
| (Prejuízo) por ação (em Reais) | | (0,32) | 0,02 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em Milhares de Reais - R\$)

| | 2023 | 2022 |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| | 1º semestre | 1º semestre |
| Lucro Líquido/(Prejuízo) do semestre | (96.858) | 7.016 |
| Resultado Abrangente do semestre | (96.858) | 7.016 |

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em Milhares de Reais - R\$)

| | Nota | Capital Social | Aumento de Capital | Reservas de Lucros | Lucros Acumulados | Total do Patrimônio Líquido |
|----------------------------|------|----------------|--------------------|--------------------|-------------------|-----------------------------|
| Saldo em 31/12/2021 | | 50.000 | 250.000 | 59.890 | – | 359.890 |
| Aumento de Capital | 15 | 250.000 | (250.000) | – | – | – |
| Lucro do semestre | | – | – | – | 7.016 | 7.016 |
| Saldo em 30/06/2022 | | 300.000 | – | 59.890 | 7.016 | 366.906 |
| Mutações no período | | 250.000 | (250.000) | – | 7.016 | 7.016 |
| Saldo em 31/12/2022 | | 300.000 | – | 44.840 | – | 344.840 |
| Aumento de Capital | 15 | – | 70.000 | – | – | 70.000 |
| Prejuízo do semestre | | – | – | – | (96.858) | (96.858) |
| Saldo em 30/06/2023 | | 300.000 | 70.000 | 44.840 | (96.858) | 317.982 |
| Mutações no período | | – | 70.000 | – | (96.858) | (26.859) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em Milhares de Reais - R\$)

| | Nota | 1º semestre | 1º semestre |
|---|------------|------------------|----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Resultado líquido do semestre | | (96.858) | 7.016 |
| Ajustes ao resultado líquido | | | |
| Depreciação e amortização | | 51 | 302 |
| Despesa com provisão de liquidação duvidosa | 7e | 226.210 | 67.061 |
| Resultado de IRPJ e CSLL diferidos | 14a | (92.609) | (26.725) |
| Despesas de provisões | | – | 244 |
| Marcação a Mercado - TVM | | (112) | 606 |
| Juros não realizados | | 190.711 | 78.887 |
| Rateio de despesas | | 30.101 | 27.856 |
| Despesa com provisão para IRPJ e CSLL - corrente | 14a | 28.952 | 28.510 |
| Resultado Ajustado | | 286.446 | 183.757 |
| Varição em ativos e passivos operacionais | | | |
| (Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários | 6 | (88.473) | (35.577) |
| (Aumento)/Redução em Operações de Crédito | 7 | (549.130) | (432.368) |
| (Aumento)/Redução em Outros Créditos | 8 | (532.651) | (124.800) |
| Aumento/(Redução) em Depósitos | 11a | 732.075 | 526.175 |
| Aumento/(Redução) em Recursos de Aceites e Emissões de Títulos | 11b | (67.517) | (57.286) |
| Aumento/(Redução) em Outras Obrigações | 12 | 5.530 | (56.583) |
| Imposto de renda e contribuição pagos | | – | (7.450) |
| Juros pagos sobre impostos | | (1.016) | – |
| Juros pagos | | (17.947) | – |
| Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais | | (232.685) | (4.132) |
| Fluxo de caixa de atividades de Investimentos | | | |
| (Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários | | (7.394) | 14.609 |
| Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimentos | | (7.394) | 14.609 |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | | |
| Aumento de Capital | | 70.000 | – |
| Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento | | 70.000 | – |
| Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa | | (170.078) | 10.477 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no início do semestre | | 171.513 | 175.140 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no final do semestre | | 1.435 | 185.617 |
| Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa | | (170.078) | 10.477 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

1. Contexto Operacional

A Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Will Financeira" ou "Companhia"), foi constituída em 01 de junho de 2015 (originalmente denominada AVISTA S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, teve sua denominação alterada em 14 de dezembro de 2020), com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de praticar operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e em vigor. Sua matriz tem sede e domicílio localizados na Rua Eugênio de Medeiros, nº 303 - 10º andar, conjunto 1001 C - São Paulo/SP.

Seus atos societários de constituição foram aprovados pelo Banco Central do Brasil em 02 de dezembro de 2015, iniciando suas atividades a partir de 06 de setembro de 2016.

A Companhia tem como foco de atuação a concessão de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes da Will S.A. Instituição de Pagamento ("Will Pagamento" ou "IP"), aplicando seus recursos próprios e o de terceiros, captados através da emissão de Letras de Câmbio ("LC") e por Certificados e Recibos de Depósitos Bancários ("CDB" e "RDB").

a) Continuidade operacional

Conforme mencionado acima, a Will CFI, atuando de forma integrada com as demais entidades do Grupo, tem a Will Pagamento como sua controladora. Apesar de a Companhia possuir capital circulante positivo de R\$ 2.334,5 milhões e patrimônio líquido de R\$ 317,9 milhões em 30 de junho de 2023, em linha com a estratégia de crescimento das operações do Grupo, o resultado líquido da Will Pagamento foi de R\$ 255,4 milhões negativos no primeiro semestre de 2023, resultando em um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 602,7 milhões e patrimônio líquido negativo (passivo e descoberto) de R\$ 99,1 milhões naquela data, fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais de R\$ 24,9 milhões, além de um capital circulante negativo de aproximadamente R\$ 1.260 milhões. Este resultado negativo foi decorrente principalmente do aumento do custo de captação, dos investimentos realizados na estrutura administrativa do Grupo e dos indicadores de inadimplência no período, resultando no provisionamento para perdas sobre a carteira de crédito no semestre, no valor de R\$ 130 milhões (conforme descrito na nota explicativa nº 7(d) - Operações de Crédito), no contexto do Termo de Comprometimento (TC 67/2023) assumido junto ao BACEN, assinado em agosto de 2023, sendo que parte substancial desses efeitos é decorrente da aplicação da política contábil adotada pela Companhia consistentemente ao longos dos períodos apresentados, conforme mencionado na nota explicativa nº 7(d).

Essa situação levou ao não atendimento, em 30 de junho de 2023, dos requerimentos de capital regulatório da Companhia, como apresentado em nota explicativa nº 19(e).

No que se refere a gestão de liquidez, o Grupo Will cumpriu os requerimentos da política de manutenção de reserva de pelo menos 120% do caixa mínimo diário, além de realizar reversas adicionais, que foram relevantes para conter impactos gerados substancialmente pelos efeitos do TC 67/2023, bem como manter um fluxo recorrente de acesso às captações com corretoras parceiras e estabilidade financeira. Para complementar a busca de caixa no mercado, o Grupo Will contratou linhas de captações a prazo firmadas junto ao Banco Master S.A. em dezembro de 2023. Atualmente, os níveis de caixa mínimo diários do Grupo Will estão, em média, acima de 150% do caixa mínimo, de acordo com a política de liquidez vigente.

Em conformidade com o plano de capital publicado nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para garantir a estabilidade financeira e continuidade operacional das empresas integrantes do Conglomerado Will, além da contratação de linhas de captações mencionadas acima, em fevereiro de 2024 foram assinados contratos de compra e venda de ações entre os atuais controladores e investidores e Reag Bank Holding Financeira Ltda. ("Reag"), assim como entre os investidores e BANIF - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A., integrante do conglomerado do

Banco Master ("Banif"), objetivando a reestruturação societária a partir da mudança do controle acionário da Companhia e demais empresas do Conglomerado Will (conforme descrito em nota explicativa nº 20 (b)). A reestruturação societária e a transferência de controle, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 18 e 21 de março de 2024, encontra-se sujeita à aprovação do BACEN.

Adicionalmente, em conexão com a assinatura dos referidos contratos para fins de reestruturação societária do Conglomerado Will, foram restabelecidas as linhas de captação de recursos com algumas das corretoras parceiras, anteriormente suspensas, possibilitando a renovação e atração de novos investimentos.

Diante dos pontos expostos, a Administração, baseada na expectativa de que os novos acionistas tomarão as medidas saneadoras necessárias para a condução dos negócios, acredita que a reestruturação societária e a venda de controle acionário (nota explicativa nº 20 (b)), irrevogável e irreatável, sujeita à aprovação do BACEN, vai melhorar significativamente a situação patrimonial da Companhia, equacionar o atendimento aos requisitos mínimos de capital regulatório - a partir de sua inclusão em um novo Conglomerado Prudencial, com critério diverso de apuração de limites, e manter o seu acesso a linhas de crédito compatíveis com suas necessidades de recursos e gestão de liquidez.

Contudo, como a efetivação da reestruturação societária e transferência de controle ainda depende da aprovação do BACEN, existe este condicionante relevante de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado Will. Se a reestruturação societária e transferência de controle não for aprovada, o Grupo poderá não ter sucesso em financiamento ou capital adicional de que necessita, o que pode ocasionar um risco de solvência patrimonial e comprometer a continuidade operacional no longo prazo. O uso, pela Administração, do pressuposto de continuidade operacional, foi feito baseado na premissa de que a reestruturação societária e transferência de controle será aprovada.

Em complemento às informações sobre a reestruturação societária detalhada acima, destacamos que os resultados apresentados no segundo semestre de 2023 do Conglomerado Will (não auditado), apresentam lucro líquido e fluxo de caixa positivos.

As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que possam resultar das incertezas anteriormente mencionadas.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre findos em 30 de junho de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pelo Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e Conselho Monetário Nacional ("CMN") e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 07 de julho de 2020 e Resolução BACEN nº 2 de 12 de agosto de 2020.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos os pronunciamentos foram recepcionados pelo BACEN. Desta forma a Will Financeira, na elaboração das suas demonstrações contábeis, considerou para elaboração dessas demonstrações contábeis os seguintes pronunciamentos contábeis, aprovados pelo BACEN, sumarizados na página seguinte:

| Pronunciamento | Resolução |
|---|------------------|
| PC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro | 4.144/12 |
| CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos | 3.566/08 |
| CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | BACEN 2/20 |
| CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | BACEN 2/20 |
| CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | 3.989/11 |
| CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | 4.007/11 |
| CPC 24 - Eventos Subsequentes | BACEN 2/20 |
| CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | 3.823/09 |
| CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | 4.424/15 |
| CPC 41 - Resultado por ação | 4.818/20 |
| CPC 46 - Mensuração do Valor Justo | 4.748/19 |
| CPC 47 - Receita de Contrato com cliente | 4.924/21 |

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

| Norma CMN | Pronunciamento CPC Equivalente |
|---|---------------------------------------|
| Res. CMN n.º 4.524/2016 - Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações contábeis de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior | CPC 02 (R2) |
| Res. CMN n.º 4.534/2016 - Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível. | CPC 04 (R1) |
| Res. CMN n.º 4.535/2016 - Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso. | CPC 27 |

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional

Os números apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade gera e despende caixa ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN n.º 4.966 de 25/11/2021

A resolução dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Companhia tem como expectativa a inclusão das práticas contábeis sobre Instrumentos Financeiros conforme disposto na Resolução CMN n.º 4.966 de 25 de novembro de 2021.

A Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento iniciou a avaliação dos impactos de adoção os itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do Exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 77 desta Resolução, bem como elaborou plano para a implementação da regulamentação contábil (plano), conforme requerido pelo art. 76.

A Will Financeira realizou a análise do normativo e mapeou diversos processos impactados. O ciclo de vida do plano, parte do mapeamento e definições, seguindo para modelagem e implementação, finalizando na gestão.

- I. Mapeamento: levantamento estratégicos dos times envolvidos; sistemas que serão impactados; e do gerenciamento dos riscos envolvidos.
- II. Definições: atualização dos critérios para alocação em estágios e baixa em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
- III. Modelagem: elaboração da metodologia de taxa de juros efetivas para os instrumentos financeiros; da metodologia para cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; seguindo os termos da Resolução BCB nº 309 de 28/03/2023.
- IV. Implementação: estruturação da informação, homologação, teste e implementação em dos critérios para alocação em estágios e baixa do ativo quando sua recuperação for julgada improvável; ajustes tributários; parâmetros de riscos e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e consolidação da informação para contabilização, tributação, reportes e gestão.

A elaboração do plano considerou às informações disponíveis até o momento de sua confecção, adotando como premissas expectativas e necessidades de publicações de leis e normas específicas sobre determinados temas, dentre os quais destacamos: o novo plano de contas contábil, o detalhamento da metodologia a ser adotada para classificação dos instrumentos financeiros e o estabelecimento de parâmetros para mensuração da perda associada ao risco de crédito.

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2023 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria da Companhia, em 22 de abril de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

3. Principais práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Will Financeira são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações pactuadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores negociados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Ativos e Passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor poderá ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

c) Disponibilidade

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia, a liquidez dessas aplicações são realizadas em até 90 dias.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN. E são classificados nas seguintes categorias:

i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

ii) Títulos disponíveis para venda

São títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido dentro de outros resultados abrangentes.

iii) Títulos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, sendo os rendimentos auferidos reconhecidos no resultado do exercício e não havendo atualização para o valor justo.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

O valor recuperável de um ativo é definido como maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso. É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

Entendemos que existe apenas uma unidade geradora de caixa na Companhia, considerando o modelo de negócio no qual nossos clientes precisam adquirir um cartão de crédito para ter acesso aos produtos do Grupo Will.

Não foram identificados eventos subsequentes ou circunstâncias durante o semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que levassem ao reconhecimento de perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

g) Operações de Crédito/Provisão para Perdas

São concedidas de acordo com as políticas de concessão de crédito da instituição e classificadas em nove níveis de risco de "AA" até "H". A Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas, considerando o provisionamento mínimo requerido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Os juros referentes às operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60º dia, os juros ficam represados e somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

As operações que estão classificadas no nível "H" podem ser cedidas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Recupera (FIDC), sendo que essas cessões são efetuadas sem coobrigação e registradas com conformidade com a Resolução 3.533 do CMN que estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

h) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão relacionadas a serviços ou produtos pagos de forma antecipada, e nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros, portanto, estes valores são amortizados ao longo do tempo conforme os direitos e benefícios são transferidos para a Will Financeira.

i) Imobilizado de uso

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos itens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil dos itens de imobilizado são: (I) Móveis e utensílios - 10 anos; (II) Máquinas e Equipamentos de Informática - 5 anos; (III) Benfeitoria em imóveis de terceiros - 5 anos; (IV) Instalações - 10 anos; e (V) Veículos - 5 anos.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

j) Intangível

O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 homologado pela Resolução Bacen 4.534/2016. As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização também constam no ativo tangível. A vida útil dos itens de intangíveis é de 5 anos.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo valor captado, acrescidos dos encargos incorridos até a data do balanço.

l) Letras de Câmbio

Estão demonstrados pelo valor captado, acrescidas dos encargos incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) corrente originam-se dos impostos a serem recolhidos ou recuperados dentro do exercício.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados no final de cada exercício sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias, e são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido de 10% do adicional de IRPJ sob o excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais) ao ano. A CSLL é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

Em 28.04.2022 foi publicada a medida provisória (MP) n° 1.115, convertida em Lei n° 14.446, que alterou a Lei n.º 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. A CSLL foi fixada em 16%, até 31.12.2022, nos casos das pessoas jurídicas referidas nos incisos II ao VII do parágrafo 1º do art. 1º da Lei Complementar n° 105/2001, retornando a 15% a partir de 01 de janeiro de 2023.

n) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, que será apenas confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, exceto quando a Will Financeira entender que a sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, finalização de processo em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

Já provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a probabilidade de perda:

- **Provável:** são reconhecidas provisões no passivo;
- **Possível:** são divulgados nas demonstrações contábeis, mas não são constituídas provisões; e
- **Remoto:** não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Inexistem contingências passivas com prognóstico de perda provável ou possível até a data-base de 30 de junho de 2023.

o) Outros passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao seu valor presente.

p) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreu no período apresentado utilizando o método indireto.

q) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação da Will Financeira é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício aplicável.

r) Resultados recorrentes/não correntes

Conforme definido pela Resolução BACEN n° 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante os primeiros semestres de 2023 e 2022 não foram identificados resultados não recorrentes.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e valor justo de instrumentos financeiros.

b) Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

i) Vida útil de ativos imobilizado e intangível

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado e intangível levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

ii) Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

iii) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito da Carteira de Crédito

A provisão de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto leva-se em consideração os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

iv) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados observáveis como, por exemplo, indicadores de liquidez, indicadores de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado pelos instrumentos financeiros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição

| Disponibilidades | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Reservas Livres | 1 | 1 |
| | 1 | 1 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (i) | | |
| LFT - Letras Financeiras do Tesouro | 1.434 | 1.511 |
| LTN - Letras do Tesouro Nacional | – | 50.000 |
| NTN - Notas do Tesouro Nacional | – | 120.001 |
| | 1.434 | 171.512 |
| Total | 1.435 | 171.513 |

(i) Operações compromissadas em letras do tesouro com alta liquidez, sem restrição quanto a sua liquidação e são utilizadas como parte da gestão de caixa da Companhia.

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

| | 2023 | 2022 |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Compromissada - Posição Bancada | 13.458 | 10.487 |
| Aplicação em Depósito Interfinanceiro | 5 | 124 |
| Total | 13.463 | 10.611 |

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Os instrumentos financeiros estão representados por títulos públicos federais integrantes da carteira própria da Will Financeira e estão classificados nas categorias de mantidos até o vencimento e mantidos para negociação e podem ser assim demonstrados:

| | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Mantidos até o vencimento (a) | 121.238 | 113.844 |
| Títulos Dados em Garantia em Arranjo de Pagamento | 121.238 | 113.844 |
| Para negociação | 361.560 | 272.975 |
| LFT - Letras Financeiras do Tesouro | 230.472 | 272.255 |
| LFT - Letras Financeiras do Tesouro (Marcação a mercado) | 588 | 720 |
| LFT - Vinculados a Operações Compromissadas | 59.662 | – |
| LFT - Vinculados a Operações Compromissadas (Marcação a mercado) | 7 | – |
| LFT - Vinculados ao Banco Central | 70.594 | – |
| LFT - Vinculados ao Banco Central (Marcação a Mercado) | 237 | – |
| Total | 482.798 | 386.819 |
| Circulante | 361.560 | 272.975 |
| Não circulante | 121.238 | 113.844 |

(a) São compostos por Letras Financeiras do Tesouro (“LFT”) utilizados para garantir os saldos de moedas eletrônicas mantidas nas contas de repasses, conforme determinado pela Resolução BACEN/DC nº 80 de 25 de março de 2021. São ativos que possuem alta liquidez no mercado.

b) Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por vencimento

| | 30/06/2023 | | | 31/12/2022 | |
|---|----------------|-------------------|-----------------|----------------|----------------|
| | Até 1 ano | De 1 ano a 3 anos | Acima de 3 anos | Valor Contábil | Valor Contábil |
| Mantidos até o vencimento | | | | | |
| Títulos Dados em Garantia em Arranjo de Pagamento | – | 121.238 | – | 121.238 | 113.844 |
| Para negociação | | | | | |
| LFT - Letras Financeiras do Tesouro | 130.499 | – | 231.061 | 361.560 | 272.975 |
| Total | 130.499 | 121.238 | 231.061 | 482.798 | 386.819 |

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

| | 2023 | 2022 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Rendas de Títulos de Renda Fixa | 19.441 | 16.303 |
| Total | 19.441 | 16.303 |

7. Operações de Crédito

Estão representadas por operações geradas majoritariamente através do financiamento de operações adimplentes de cartão de crédito da Will Pagamento com remuneração pactuada a taxas pré-fixadas.

a) Composição das Operações de Crédito por rating

| Nível de Risco | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------------|------------------|------------------|
| | Carteira | Carteira |
| AA | 50.174 | 2.559 |
| A | 832.985 | 445.727 |
| B | 102.794 | 149.214 |
| C | 69.082 | 187.139 |
| D | 159.423 | 165.355 |
| E | 162.532 | 131.382 |
| F | 156.327 | 135.922 |
| G | 158.285 | 146.926 |
| H (*) | 237.092 | 15.341 |
| Total Geral | 1.928.694 | 1.379.565 |
| Circulante | 1.866.889 | 1.367.387 |
| Não Circulante | 61.805 | 12.178 |

(*) Em nosso processo de definição de cessão de crédito, da carteira vencida a mais de 180 dias ao FIDC, detalhada na nota explicativa 3 g), realizamos uma série de revisões de qualidade dos saldos contidos nessa faixa para avaliar se o crédito deveria ser incluído na cessão. Em alguns casos, parte do montante é represado para maiores análises e, portanto, podemos ter saldos registrados em H temporariamente.

b) Composição das Operações de Crédito por vencimento

| | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Curso Normal | 881.333 | 447.215 |
| Parcelas vencidas | 236.217 | 60.811 |
| Até 14 dias | 236.217 | 60.811 |
| Parcelas a vencer | 645.116 | 386.404 |
| Até 3 meses | 511.098 | 349.915 |
| 3 a 6 meses | 45.193 | 20.624 |
| 6 a 12 meses | 36.878 | 10.641 |
| Acima de 12 meses | 51.947 | 5.224 |
| Curso Anormal | 1.047.361 | 932.350 |
| Parcelas vencidas | 868.391 | 737.376 |
| Até 14 dias | 31.390 | 35.887 |
| Acima de 14 dias | 837.001 | 701.489 |
| Parcelas a vencer | 178.970 | 194.975 |
| Até 3 meses | 125.898 | 151.317 |
| 3 a 6 meses | 24.347 | 22.237 |
| 6 a 12 meses | 18.867 | 14.468 |
| Acima de 12 meses | 9.858 | 6.953 |
| Total | 1.928.694 | 1.379.565 |

c) Resultado das Operações de Crédito

As receitas de operações de crédito são advindas da apropriação de juros da carteira de crédito no montante de R\$ 931.165 (R\$ 527.087 em junho de 2022).

d) Constituição da Provisão para Perdas com Carteira de Crédito por níveis de risco

Conforme facultado na Resolução CMN nº 2.682/99, por se tratar de operações com valor abaixo de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), essas operações são inicialmente classificadas no nível de risco "A", sendo reclassificadas para níveis de risco "B" até "H" em decorrência da eventual inadimplência verificada nesses contratos.

A provisão para perdas com carteira de crédito é constituída sobre o saldo da carteira das operações de crédito, considerando-se o mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, acrescidos os ajustes patrimoniais incluídos em TC 67/2023, mencionado na Nota 1 e realizados para data-base de 30 de junho de 2023, essencialmente representados (i) pela baixa de saldos atrelados a CPFs em situação irregular (R\$ 3.811), (ii) clientes com histórico de prejuízo no Sistema Financeiro Nacional (SFN) (R\$ 6.754) e (iii) provisão para perdas com operações de crédito, decorrente da aplicação da política contábil adotada pela Companhia, em decorrência do decurso dos dias em atraso das carteiras inadimplidas ao longo do semestre (R\$ 130.519).

Os saldos contábeis das operações de crédito, considerando os níveis estabelecidos em função da política de provisionamento, ficaram assim segregados:

| | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Nível de Risco | PDD Total | PDD Total |
| A | (4.165) | (3.373) |
| B | (1.028) | (1.768) |
| C | (2.072) | (15.340) |
| D | (15.942) | (20.961) |
| E | (48.760) | (39.789) |
| F | (78.164) | (69.322) |
| G | (110.800) | (105.921) |
| H | (237.092) | (15.341) |
| Total Geral | (498.023) | (271.814) |

Além da provisão apresentada acima, a Companhia realiza estudos adicionais para inclusão das informações contidas no FIDC Recupera, que participa de nosso conglomerado econômico, cumprindo os requisitos de arrasto da classificação de riscos das operações prevista pela Resolução CMN nº 2.682/99, gerando uma provisão complementar cujo saldo totalizou R\$ 125.646 em 30 de junho de 2023 (R\$ 20.374 em 31 de dezembro de 2022).

e) Movimentação Provisão para Perdas com Carteira de Créditos

| | |
|---|----------------|
| Saldo em 31/12/2021 | 97.599 |
| Constituição de PDD por rolagem e novas operações | 556.657 |
| (-) Reversão por liquidação das operações | (106.521) |
| (-) Cessão da carteira para o FIDC | (383.073) |
| Saldo em 30/06/2022 | 164.662 |
| Constituição de PDD por rolagem e novas operações | 727.938 |
| (-) Reversão por liquidação das operações | (49.819) |
| (-) Cessão da carteira para o FIDC | (570.967) |
| Saldo em 31/12/2022 | 271.814 |
| Constituição de PDD por rolagem e novas operações (1) | 1.044.839 |
| (-) Reversão por liquidação das operações | (121.854) |
| (-) Cessão da carteira para o FIDC | (696.775) |
| Saldo em 30/06/2023 | 498.023 |

(1) Inclui os ajustes patrimoniais, essencialmente representados pelo provisionamento de perdas sobre a carteira de créditos em função do decurso de prazo de dias em atraso da carteira inadimplida ao longo do semestre, conforme política contábil da Companhia, incluídos em Termo de Comparecimento firmado junto ao Banco Central do Brasil (nota 1), no montante de R\$ 149.557.

f) Créditos Renegociados

| | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Créditos Renegociados no Período | 256.339 | 229.904 |
| Baixas por Cessão ao FIDC | 696.776 | 954.040 |
| Total | 953.115 | 1.183.944 |

8. Outros Créditos

| | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Antecipação de transação de pagamento pós-pago (a) | 1.788.283 | 1.508.874 |
| Créditos a receber Will Pagamentos (b) | 353.291 | 237.752 |
| Devedores Diversos no País (c) | 89.171 | 68.325 |
| Títulos e Créditos a receber (d) | 85.022 | 65.222 |
| Valores a receber - FIDC Recupera (e) | 117.665 | 36.061 |
| Impostos e Contribuições a Compensar (f) | 11.188 | 4.051 |
| Despesas Antecipadas | 2.091 | 1.954 |
| Total | 2.446.711 | 1.922.239 |
| Circulante | 2.445.038 | 1.919.499 |
| Não Circulante | 1.673 | 2.738 |

(a) Antecipação de Transação de pagamento pós-pago: está representado por direitos de crédito decorrentes de antecipação de recebíveis de transação de pagamento pós-pago com deságio junto à Will Pagamento, e representadas por compras autorizadas de cartão de crédito (carteira não vencida), cujos vencimentos estão previstos para os meses subsequentes ao encerramento das demonstrações contábeis. Tais operações serão convertidas em operações de crédito somente se as pessoas físicas titulares dos cartões de crédito atrasarem ou parcelarem o pagamento de suas respectivas faturas mensais.

(b) Estão representados por valores a receber da Will Pagamento em decorrência dos valores faturados de operações de créditos a receber, a serem liquidados financeiramente nos meses subsequentes ao balanço.

(c) Referem-se substancialmente a valores a receber decorrentes de transações de clientes ainda não repassados para a Will Financeira. Adicionalmente, inclui saldos a receber junto à Avista Cartões, no montante de R\$ 19.191 (R\$ 21.624 em 31 de dezembro de 2022).

(d) Representado por direitos de crédito decorrentes de antecipação de recebíveis de transação de pagamento pós-pago com deságio junto à Avista Cartões, cujos vencimentos estão previstos para os meses subsequentes ao encerramento das demonstrações contábeis. O saldo total a receber junto a Avista totaliza R\$ 104.213 (R\$ 86.846 em 31 de dezembro de 2022), incluindo os valores apresentados no item (c) acima.

(e) Estão representados pelas operações de cessão de crédito a serem recebidas do FIDC Recupera.

(f) Valores referentes à impostos e contribuições a compensar, sendo saldo majoritariamente composto por saldo negativo de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores e outros tributos.

9. Imobilizado de Uso

| | 31/12/2022 | | 30/06/2023 | |
|------------------------------|----------------|-----------------------|----------------|---------------|
| | Saldo Contábil | Depreciação Acumulada | Saldo Contábil | Saldo Líquido |
| Móveis e Equipamentos de Uso | 3 | (1) | 3 | 1 |
| Sistema de Comunicação | 10 | (5) | 10 | 5 |
| Total | 13 | (6) | 13 | 6 |

10. Intangível

| | 31/12/2022 | | 30/06/2023 | |
|-------------------------|----------------|-----------------------|----------------|---------------|
| | Saldo Contábil | Amortização Acumulada | Saldo Contábil | Saldo Líquido |
| Desenvolvimento Interno | 2.410 | (2.410) | 2.410 | - |
| Total | 2.410 | (2.410) | 2.410 | - |

11. Depósitos a Prazo e Recursos de Aceites

a) Segregação de depósitos por prazo de vencimento

Representados por Depósitos a prazo que estão registrados pelo valor captado, acrescido dos encargos "pro rata temporis" até a data do balanço, para os depósitos pós-fixados são remunerados de 96% a 160% da taxa CDI (taxa média de 121,7%) e os pré-fixados remunerados nas taxas pactuadas, em torno de 13,8%a.a..

| | 30/06/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--------------|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Vencimento | | | Vencimento | | |
| | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Total | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Total |
| Pré-fixados | 1.342.119 | 660.604 | 2.002.723 | 787.185 | 750.809 | 1.537.994 |
| Pós-fixados | 120.326 | 1.337.876 | 1.458.202 | 134.010 | 866.135 | 1.000.145 |
| Total | 1.462.445 | 1.998.480 | 3.460.925 | 921.195 | 1.616.944 | 2.538.139 |

b) Segregação de Recursos de Aceites por vencimento

Representados por Letras de Câmbio ("LC") emitidas, são captadas com base em taxas pós-fixadas e são remuneradas de 108,7% a 160% da taxa CDI (taxa média de 129,3%) e as pré-fixadas remuneradas na taxa pactuada, entre 8,8% a.a. a 15,39%a.a (taxa média de 8,8%), e estão registradas pelo valor captado, acrescido dos encargos "pro rata temporis" até a data do balanço.

| | 30/06/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--------------|-------------------|-----------------------|----------------|-------------------|-----------------------|----------------|
| | Vencimento | | | Vencimento | | |
| | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Total | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Total |
| Pré-fixados | 160.068 | 260.308 | 420.376 | 127.105 | 325.328 | 452.433 |
| Pós-fixados | 136.809 | 116.781 | 253.590 | 122.503 | 166.547 | 289.050 |
| Total | 296.877 | 377.089 | 673.966 | 249.608 | 491.875 | 741.483 |

c) Despesas de Juros

| | 2023 | 2022 |
|-------------------|--------------------|--------------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Depósitos a Prazo | 202.709 | 81.211 |
| Aceites Cambiais | 41.722 | 45.008 |
| Outros | 8.152 | 2.786 |
| Total | 252.583 | 129.005 |

12. Outras Obrigações

| | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|---|-------------------|-------------------|
| Cobrança e arrecadação de tributos | 5.724 | 6.893 |
| IOF s/ operações | 5.724 | 6.893 |
| Fiscais e Previdenciárias | 35.497 | 43.842 |
| Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro | 28.952 | 41.373 |
| Passivo Fiscal Diferido | 333 | 288 |
| PIS e COFINS | 5.948 | 1.939 |
| Outros | 264 | 242 |
| Diversas | 52.123 | 39.516 |
| Despesa de Pessoal | 138 | 141 |
| Valores a Pagar a Sociedades Ligadas | 43.281 | 31.332 |
| Credores diversos - País (1) | 8.704 | 8.043 |
| Total | 93.344 | 90.251 |
| Circulante | 93.010 | 89.963 |
| Não Circulante | 333 | 288 |

(1) Estão representados por saldos a pagar para a fornecedores, em decorrência dos valores faturados de débitos a pagar.

13. Instrumentos de Dívida Elegível a Capital

Estão representadas por Letras Financeiras com cláusula de subordinação (LFS), com vencimento previsto para 31 de julho de 2028, elegíveis para compor o nível II do Patrimônio Líquido de Referência da Will Financeira, conforme autorização do Banco Central do Brasil. O saldo contábil de 30 de junho de 2023 está representado pelo valor de captação de R\$ 12.500, acrescidos da remuneração equivalente a 105% do CDI, sendo R\$ 17.564, o valor atualizado para 30 de junho de 2023 (R\$ 16.440 em 31 de dezembro de 2022).

14. Tributos

a) Conciliação dos encargos de IRPJ e CSLL

| | 2023 | 2022 |
|--|--------------------|--------------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações | (160.494) | 8.829 |
| Participações no Lucro | (21) | (28) |
| Resultado antes dos Impostos | (160.515) | 8.802 |
| Encargo Total do IRPJ e CSLL às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente | 64.207 | (3.522) |
| Despesas Indedutíveis | (563) | (45) |
| Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (1) | – | 1.770 |
| Adicional de IRPJ | 12 | 12 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 63.657 | (1.785) |
| <i>Impostos Correntes</i> | <i>(28.952)</i> | <i>(28.510)</i> |
| <i>Impostos Diferidos</i> | <i>92.609</i> | <i>26.725</i> |

(1) Majoração da alíquota da CSLL para 16% impactando a contribuição diferida, a partir de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

b) Despesas Tributárias

| | 2023 | 2022 |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| PIS | 1.267 | 1.018 |
| COFINS | 7.798 | 6.266 |
| Outras Despesas Tributárias | 68 | 41 |
| Atualização de Impostos a Recuperar | (274) | (120) |
| Total | 8.859 | 7.205 |

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Estão representados por créditos tributários constituídos majoritariamente sobre diferenças temporárias decorrentes de provisões para crédito de liquidação duvidosa. Os créditos tributários e passivo fiscal diferido foram refletidos na demonstração do resultado do semestre e constituídos com base na alíquota vigente na data da expectativa de realização dos créditos, calculados sobre a seguinte base:

c.1 Ativos Fiscais Diferidos

| | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 207.381 | 113.843 |
| Outras provisões | 777 | 1.662 |
| Total dos créditos sobre diferença temporária | 208.158 | 115.505 |

c.2 Passivos Fiscais Diferidos

| | 30/06/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação | 333 | 288 |
| Total IR e CS diferidos passivo | 333 | 288 |

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não há créditos tributários não contabilizados.

d) Expectativa de Realização e Valor Presente dos Tributos Fiscais Diferidos

O valor presente dos tributos fiscais é de R\$ 196.911, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, utilizando na projeção da Taxa Selic adotada e no método de fluxo de caixa descontado, é possível visualizar o cálculo do valor presente do crédito tributário conforme demonstrado no quadro abaixo:

| Ano | Realização do Crédito Tributário | | | | | Valor Contábil Total | Valor Presente Total |
|--------------|----------------------------------|-----------------|------------------------|---------------|----------------|-------------------------|-------------------------|
| | IRPJ | | CSLL | | Total | | |
| | Adições Temporárias | Prejuízo Fiscal | Adições Temporárias | Base Negativa | | | |
| 2.023 | 130.099 | – | 78.059 | – | 208.158 | 196.911 | |
| Total | 130.099 | – | 78.059 | – | 208.158 | 196.911 | |

15. Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2023, o Capital Social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, de propriedade de domiciliados no país, representados por 300.000 (trezentas milhões) de ações, sem valor nominal, sendo 275.000 (duzentas e setenta e cinco milhões) de ações ordinárias nominativas, com direito a voto, e 25.000 (vinte e cinco milhões) de ações preferenciais nominativas, sem direito a voto.

Em 09 de dezembro de 2019, a Will Financeira deliberou pelo aumento de capital social da Companhia, em moeda corrente, no valor de R\$ 10.000 (dez milhões de reais), passando o capital social da Sociedade de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais) para R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão de 10.000 (dez milhões) de novas ações, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo 5.000 (cinco milhões) de novas ações ordinárias nominativas, com direito a voto, e 5.000 (cinco milhões) de novas ações preferenciais nominativas, sem direito a voto. O aumento de capital social foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de agosto de 2020.

Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento com o Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R\$ 250 milhões na Will Pagamento, em troca de uma participação minoritária de 24,9%. O contrato prevê a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial. Adicionalmente, a Will Pagamento obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021, sendo então a Will Pagamento a controladora da Will Holding e Will Financeira. Em 15 de setembro de 2021 foi realizado um aumento de capital na Will Financeira no valor total do investimento efetuado na Will Pagamento, ou seja, R\$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), com a consequente emissão de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias. Em 29 de Junho de 2022 o processo de homologação do aumento de capital do BACEN, foi aprovado por meio do Ofício 12998/2022-BACEN.

Em janeiro de 2023 a Will Financeira sofreu o desenquadramento do Índice de Basiléia ("IB"), atingindo 8,68%, superior ao mínimo de 8% exigido pelas normas aplicáveis à instituição, porém inferior aos 10,5% quando considerado os 2,5% de Adicional de Capital Principal ("ACP"). Para o enquadramento da Will Financeira ser realizado, foi necessário efetuar um plano de regularização, que envolveu o aumento de capital na Will Financeira através da Will Pagamento (via Will Holding).

Os recursos vieram do FIDC NP Recupera ("FIDC"), parte do Conglomerado Prudencial Will, mediante o direcionamento dos recursos para realizar o aumento de capital na Will Financeira. O aumento de capital foi realizado em 29 de maio de 2023, no montante de R\$ 70.000. O Processo de aumento de capital encontra-se em fase de aprovação pelo BACEN.

Reservas

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

As reservas de capital destinam-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

Dividendos

O artigo 26º do Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, serão destinados (i) 5% para a constituição da Reserva Legal, até que se alcance 20% do capital social; (ii) 25% para dividendos aos acionistas; e (iii) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral. Todavia, o art. 27º também prevê que o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgá-lo incompatível com a situação financeira da empresa, podendo a Diretoria propor à Assembleia Geral Ordinária que distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo.

16. Outras receitas e despesas operacionais

a) Receita de Prestação de Serviço

| | 2023 | 2022 |
|--|--------------------|--------------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Tarifa Interbancária | 119 | 53 |
| Transferência de Antecipação de Recebíveis | 103.563 | 72.815 |
| Total | 103.682 | 72.868 |

b) Despesa de Pessoal

| | 2023 | 2022 |
|------------------|--------------------|--------------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Proventos | 20.936 | 5.835 |
| Benefícios | 4.418 | 412 |
| Encargos sociais | 7.011 | 1.994 |
| Outros | 153 | 117 |
| Total | 32.518 | 8.358 |

c) Outras Despesas Administrativas

| | 2023 | 2022 |
|---|--------------------|--------------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Serviços Técnicos Especializados (*) | 29.054 | 13.855 |
| Serviços financeiros | 1.036 | 1.121 |
| Publicidade e Propaganda (**) | 22.371 | 26.198 |
| Despesas de infraestrutura e processamento de dados | 20.527 | 5.115 |
| Contingências | - | 244 |
| Outros | 2.182 | 1.281 |
| Total | 75.170 | 47.815 |

(*) Referem-se substancialmente a serviços terceirizados de cobranças contratados pela Will Financeira.

(**) Representam o projeto dos embaixadores contratados durante o ano de 2022, e despesas atreladas à divulgação da marca Willbank.

d) Outras receitas e despesas operacionais

| | 2023 | 2022 |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Juros e Multas | 1.016 | 38 |
| Descontos concedidos | (82) | 44 |
| Perdas com riscos operacionais | 6.100 | 3 |
| Outros | 5.690 | 17.273 |
| Total | 12.724 | 17.359 |

17. Operações de Venda ou de Transferência de ativos financeiros

O resultado de venda ou de transferência de ativos financeiros, líquido da taxa de desconto de deságio, que correspondem às cessões efetuadas ao FIDC ao longo do 1º semestre de 2023, somou R\$ 620.130 (R\$ 340.935 em junho de 2022).

18. Partes Relacionadas

| | 30/06/2023 | | | |
|--|----------------------------------|----------------------|----------------------|------------------|
| | Will Pagamento | FIDC Recupera | Will Produtos | Total |
| Ativo | 2.155.273 | 117.665 | – | 2.272.939 |
| Créditos a Receber | 353.291 | – | – | 353.291 |
| Valores a Receber | – | 117.665 | – | 117.665 |
| Antecipação de transação de pagamento pós-pago | 1.801.982 | – | – | 1.801.982 |
| Passivo | (30.822) | (44.084) | – | (74.906) |
| Depósitos a Prazo | – | (26.520) | – | (26.520) |
| Valores a Pagar a Sociedades Ligadas | (30.419) | – | – | (30.419) |
| Credores diversos - Pais | (402) | – | – | (401) |
| Letras Financeiras | – | (17.564) | – | (17.564) |
| Receitas (Despesas) | 96.297 | (620.130) | – | (523.833) |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros | – | (620.130) | – | (620.130) |
| Serviços Prestados a Ligadas | (2.849) | – | – | (2.849) |
| Resultado Antecipação de Recebíveis | 99.146 | – | – | 99.146 |
| | 31/12/2022 (Representado) | | | |
| | Will Pagamento | FIDC Recupera | Will Produtos | Total |
| Ativo | 1.758.654 | 36.061 | – | 1.794.715 |
| Créditos a Receber | 237.752 | – | – | 237.752 |
| Valores a Receber | – | 36.061 | – | 36.061 |
| Antecipação de transação de pagamento pós-pago | 1.520.902 | – | – | 1.520.902 |
| Passivo | (22.439) | (70.618) | (538) | (93.596) |
| Depósitos a Prazo | – | (54.178) | – | (54.178) |
| Valores a Pagar a Sociedades Ligadas | (8.476) | – | – | (8.476) |
| Credores diversos - Pais | (22.439) | – | (538) | (22.977) |
| Letras Financeiras | – | (16.440) | – | (16.440) |
| Receitas (Despesas) | 204.540 | (340.935) | – | (136.395) |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros | – | (340.935) | – | (340.935) |
| Serviços Prestados a Ligadas | (821) | – | – | (821) |
| Resultado Antecipação de Recebíveis | 205.360 | – | – | 205.360 |

Remuneração a Administração

| | 2023 | 2022 |
|---|--------------------|--------------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Honorários de diretores e conselheiros | 1.986 | 34 |

19. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

a) Gerenciamento do Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito pela Will Financeira está ligada à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações de crédito, envolvendo títulos, valores mobiliários ou aplicações interfinanceiras. Fundamentada na Resolução CMN nº 4.557/2017, a companhia dispõe de política de concessão de crédito, realizando operações de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes das suas coligadas ("Instituição de Pagamento").

O cálculo da parcela de capital requerido para a cobertura da exposição ao Risco de Crédito é realizado mediante a abordagem padronizada - RWA_{CPAD} .

b) Gerenciamento do Risco de Mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas de juros em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da instituição. Nossas aplicações de recursos em operações de crédito estão sendo pactuadas com remuneração de taxas pré-fixadas e as captações através de Depósito a prazo, na sua maioria, por taxas pré-fixadas. O monitoramento de eventos externos que pudessem impactar os fluxos de caixas futuros e a nossa rentabilidade são continuamente acompanhados pela Will Financeira. Os eventuais impactos na necessidade de capital para a cobertura da exposição aos riscos de mercado são monitorados através de sistema informatizado, onde são simuladas as situações de estresse. Um fator relevante de mitigação de riscos é o prazo médio de vencimento dessas operações, onde aproximadamente 90% vencem a partir de um ano após o encerramento das demonstrações contábeis de 30 de junho de 2023, enquanto o giro das operações de crédito, em sua maioria é menor que este prazo, o que nos permitiria adotar eventuais medidas de proteção contra uma eventual e futura elevação de taxas de juros, outro mitigador importante é o fato de a Will Financeira não manter operações classificadas na carteira de negociação.

Conforme Circular 3.876/2018 e a Resolução BACEN 48/2020, instituídos a partir de jan/22, a instituição utiliza metodologias e procedimentos para avaliar a suficiência do valor do Patrimônio de Referência mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB).

c) Gerenciamento do Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Conforme facultado na Circular nº 3.640/13, a Will Financeira calcula a parcela para a cobertura da exposição a esse risco pelo método da Abordagem do Indicador Básico. No período entre o início das atividades e o encerramento das demonstrações contábeis de 30 de junho de 2023, não foram registradas perdas materiais decorrentes de eventos relacionados à risco operacional.

d) Gerenciamento do Risco de Liquidez

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Existe uma política de caixa mínimo em vigor para gerenciar o risco de liquidez e esta política tem o objetivo de garantir recursos suficientes para suas obrigações de curto prazo tendo como caixa mínimo, manter o volume do maior repasse do mês de nossa operação de cartão de crédito, repasse este que é sempre maior que qualquer outra saída de caixa da companhia. Além disso, a Will Financeira avalia de forma recorrente possíveis cenários de estresse e seus impactos nos índices de liquidez. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições ex-

tremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou de reduzir alavancagem. Bem como garantir as captações junto ao mercado, para garantir a operação e a rolagem de dívida contraída no passado.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez foi estabelecida com base nas diretrizes do Banco Central do Brasil e do Comitê da Basileia, e nas melhores práticas sugeridas pelo Institute of International Finance no Principles of Liquidity Risk Management, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição ao risco de liquidez da Instituição.

e) Gerenciamento de Capital

Visa o monitoramento, o controle e avaliação da necessidade de capital face à exposição a riscos, ao planejamento de metas e os objetivos estratégicos da instituição. A Will Financeira, além de monitorar a necessidade de capital, adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado ou no planejamento estratégico.

e.i Requerimento Mínimo de Capital

No período de agosto de 2022, a Will IP foi homologada pelo Bacen, porém nesse momento a Will CFI ainda era a instituição líder do conglomerado Will. Em vista da configuração societária e operacional do conglomerado Will, além dos benefícios regulatórios decorrentes da nova classificação de tipo, houve o pedido para alteração da instituição líder do conglomerado prudencial para a Will IP em substituição a Will CFI. O pleito desta alteração foi deferido em setembro de 2022.

Neste contexto de grupo e organização societária, com a Will IP na liderança, o Conglomerado Will ficou desobrigado a reportar os requerimentos mínimos de capital e a apuração do PR, por estas não serem aplicáveis às instituições de pagamento conforme Art. 1º, parágrafo único, inciso I da Resolução CMN nº 4.955/21 e com a mesma capitulação (Art. 1o, parágrafo único, inciso I) da Resolução CMN nº 4.958/21. Em 30 de junho de 2023, a Will Pagamento apresentava desenquadramento de R\$ 188.294 em relação ao capital mínimo (31 de dezembro de 2022 – R\$ 81.552, enquadrada acima do mínimo), apurado conforme definido na Circular 3.681/13, sendo que o plano de ação da administração insere-se no contexto da reestruturação acionária do Conglomerado Will, descrita em nota explicativa 20(b).

Com relação à Will CFI, por se tratar de instituição financeira e que não exerce mais a liderança do conglomerado prudencial, o reporte de tais informações começou a ser informado com base no balancete individual da instituição.

Por fim, o Conglomerado voltará a reportar as informações de Basileia com base nos dados dos balancetes e balanços do conglomerado prudencial a partir de julho de 2023 conforme Resolução BACEN nº 258/22 em virtude da vigência das novas regras prudenciais para as instituições de pagamento.

e.ii Composição do Índice de Basileia

Em decorrência do Acordo de Basileia III, observadas as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil, as instituições financeiras estão obrigadas a manter o Patrimônio de Referência (PR) compatível com a exposição aos riscos superior ao requerimento mínimo de 8% da relação entre o Patrimônio de Referência e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e mais o Adicional de Capital Principal que corresponde a 2,5% do RWA.

O Patrimônio de Referência (PR) é composto pelo Nível I e pelo Nível II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal e Capital Complementar e o Nível II composto por instrumentos de dívida subordinada. A Will Financeira compõe em seu Nível I apenas de Capital Principal (basicamente Capital Social Reservas de Capital e Lucros) além dos respectivos ajustes prudenciais. Já em seu Nível II, possui um instrumento de dívida subordinada que é composto por uma Letra Financeira Subordinada.

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) são apurados conforme a soma da parcela dos riscos de crédito, mercado e operacional. A Will Financeira utiliza abordagens padronizadas para o cálculo em consonância à regulamentação em vigor.

Em 30 de junho de 2023 o PR da Will Financeira encontra-se desenquadrado em relação aos limites mínimos regulatórios, principalmente em decorrência do impacto dos ajustes contábeis prudenciais efetuados conforme descrito em nota explicativa 7d, sendo que o plano de ação implementado para a resolução do referido desenquadramento insere-se no contexto da reestruturação acionária do Conglomerado Will, descrita em nota explicativa 20(b).

A tabela a seguir apresenta o cálculo do Índice de Basileia:

| | <u>30/06/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Patrimônio de Referência | 265.544 | 361.280 |
| PR Nível 1 | 247.980 | 344.840 |
| Capital Principal | 247.980 | 344.840 |
| PR Nível 2 | 17.564 | 16.440 |
| Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) | 4.601.255 | 5.927.570 |
| RWACPAD | 3.241.015 | 3.450.863 |
| RWAOPAD | 1.360.240 | 2.476.707 |
| Índice de Basileia | 5,77% | 10,63% |
| PR Mínimo | 368.100 | 276.069 |
| Margem PR | (102.556) | 85.211 |

20. Evento Subsequente

a) Recebimento de cotas do AZO Fundo de Investimento em Direito Creditórios Não Padronizado ("FIDC AZO")

Em virtude do histórico empresarial que envolvia as empresas do grupo Will Bank e a Avista Administradora de Cartões Ltda. ("Avista"), a Companhia tinha em 30 de junho de 2023, R\$ 104.213 (R\$ 86.846 em 31 de dezembro de 2022) a receber da Avista, contabilizado na rubrica de Outros Créditos (Nota 8). Adicionalmente, a Will Pagamento mantinha R\$ 484.466 (R\$ 438.960 em 31 de dezembro de 2022) também a receber da Avista, antes de provisão para perdas constituída no montante de R\$ 106.550.

Em 31 de julho de 2023, o saldo a receber pelo grupo Will Bank (saldo da Companhia mais o valor a receber pela Will Pagamento) junto a Avista totalizava R\$ 622 milhões. Naquela data, e como quitação pelos valores receber da Avista na forma de dação em pagamento, foi celebrado um Termo de Fechamento assinado pelas partes, com garantia dos atuais acionistas controladores da Companhia, procedendo-se a transferência da titularidade, por meio da subscrição de cotas do FIDC AZO detido pela Avista, integralmente para a Will CFI.

A carteira do FIDC AZO é essencialmente composta por direitos oriundos de pré-precatórios federais, decorrentes de ação ordinária impetrada pela massa falida da CIB Construtora Industrial Brasileira S.A. contra o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER. Para determinação de metodologia do cálculo e registro contábil, contratamos consultoria de grande renome ("Big 4") e contamos com assessoria de escritórios de advocacia de renome para apoio na precificação do ativo, efetuada, os quais foram precificados com base nas projeções de cenários e chances de êxito nos desdobramentos do atual processo de execução judicial e liquidação da sentença, em curso, bem como correspondentes fluxos de caixa futuros, estimativas e premissas mercadológicas e operacionais, no montante de R\$ 516.109.

A adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para mensurar o valor justo do instrumento poderia resultar em estimativas diferentes dos valores apurados.

b) Termo de Comparecimento - BACEN, reestruturação societária e venda de controle acionário do Conglomerado Will

Em agosto de 2023, foi assinado Termo de Comparecimento (TC 67/2023) junto ao Banco Central do Brasil ("BACEN ou "BCB"), por meio do qual a Autarquia requereu, como resultado de sua supervisão, (i) documentação que comprovasse a contabilização dos ajustes por ela identificados, (ii) comprovação da reversão da situação de insolvência patrimonial em que se encontrava a Will Pagamento em decorrência dos ajustes, (iii) plano de regularização para enquadramento dos limites operacionais das Instituições integrantes do Conglomerado, em até 180 dias. Em atendimento ao TC 67/2023, foi realizada durante o semestre findo em 30 de junho de 2023 a constituição de provisão para perdas com operações de crédito em função principalmente do decurso de prazo dos dias em atraso da carteira inadimplida, em linha com a política contábil adotada pela Companhia, como detalhado na nota explicativa nº 7(d) - Operações de Crédito.

Para atendimento do plano de regularização acima descrito, em 02 fevereiro de 2024, foram assinados contratos de compra e venda de ações, de forma irrevogável e irretroatável, entre os atuais controladores e investidores da Will Pagamento

e a Reag Bank Holding Financeira Ltda (“Reag”), assim como entre a Will Pagamento, na qualidade de acionista da Will Holding, e o BANIF - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. (“Banif”), integrante do conglomerado do Banco Master (“Banco Master”).

Esses acordos preveem a transferência do controle da Will Pagamento à Reag, que será a única acionista detentora de 100% da Will Pagamento; e da Will Financeira, Will Holding, Will Produtos, FIDC NP Recupera e FIDC Azo (conjuntamente denominados “Grupo Will Holding”), que passarão a ser controladas pelo Banco Master, que deterá 75% das ações do Grupo Will Holding, e a fazer parte do Conglomerado do Banco Master. Adicionalmente, nessa mesma data, foram assinados contratos por meio dos quais os acionistas minoritários, então acionistas da Will Pagamento com 25% de participação acionária em conjunto, alienaram sua participação na Will Pagamento e adquiriram o mesmo percentual de participação, 25%, no Grupo Will Holding.

Ainda, como parte do processo de reestruturação societária, em 02 de fevereiro de 2024 a Will Pagamento e a Will CFI firmaram Instrumento Particular de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, sujeito ao cumprimento dos acordos acima descritos, por meio do qual a Will Pagamento cede e transfere à Will CFI os ativos e passivos operacionais para a continuidade da operação do Will Bank, essencialmente representados pelo negócio de emissão da moeda eletrônica, emissão de instrumento de pagamento pré-pago e pós-pago, administração de cartão de crédito, gestão de contas de pagamento e os direitos creditórios originários de suas operações. Com base no respectivo acordo firmado, não se encontram compreendidos na relação das rubricas dos ativos e passivos objeto da cessão, permanecendo nos registros contábeis da Will Pagamento: (i) os saldos de ativo intangível, representados pelos softwares desenvolvidos pela Will Pagamento no exercício de suas atividades, (ii) créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, (iii) obrigações fiscais e previdenciárias, e (iv) passivos contingentes, bem como suas marcas, demais direitos de propriedade intelectual e nomes de domínio.

Também, no contexto da reestruturação societária, por meio de Instrumento Particular de Compra e Venda de Cotas e Outras Avenças, a Will Pagamento adquiriu junto a Will CFI, em caráter irrevogável e irretratável, sujeito ao cumprimento dos acordos acima descritos, a totalidade das cotas emitidas pelo FIDC Azo (descrita no item (a) acima), com valor definido em contrato entre as partes, a ser corrigido pelo CDI, e liquidado em até 12 meses a partir da data de aprovação do BACEN.

A transferência do controle acionário da Will Pagamento e da Will CFI encontra-se em fase de aprovação pelo BACEN, tendo sido aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 18 e 21 de março de 2024, respectivamente.

will 
BANK